



Silvia Regina Becker Pinto

Advogada e professora
silvia@beckeresantos.com.br

Revisão de medidas alternativas à prisão

Conforme disciplina do 316 do Código de Processo Penal, alterado pelo “Pacote Anticrime” (lei 13.964/2019), o juiz pode revogar prisões preventivas desnecessárias ou decretá-las novamente se houver novas razões. Em seu parágrafo único, o referido artigo 316 obriga o juiz à revisão da necessidade da prisão preventiva a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, sob risco de a prisão se tornar ilegal.

Será que a revisão de que trata o artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal também se aplica às medidas cautelares alternativas à pri-

são preventiva? Em outra formulação, será que, se o juiz aplicar medidas alternativas à segregação corporal, tais como a tornozeleira eletrônica, o recolhimento domiciliar, a proibição de sair do país, de frequentar determinados lugares, falar com certas pessoas etc., estará ele obrigado a, a cada 90 dias, reavaliar a necessidade de manutenção dessas medidas que, em que pese menos invasivas, implicam restrição de liberdade?

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no sentido de que a revisão obrigatória,

a cada 90 dias, da decisão que decretou a prisão preventiva. Foi esse o entendimento exarado em Agravo Regimental no Pet 16.308-DF, julgado em 12 de agosto de 2025 pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do ministro Og Fernandes.

Embora eu possa concordar que a revisão não seja obrigatória na periodicidade referida, tenho minhas reservas quanto à ideia de o juiz poder manter, sem um regramento, medidas cautelares alternativas pelo prazo que ele, discriminativamente, desejar.

Jornalista
edicao3@edicao3.com.br



Neusa Medeiros

Não me acostumo

Como diz Chico Buarque, eu tenho tanta alegria adiada! Isso talvez explique algumas coisas. Sou uma eterna apaixonada por palavras, música e pessoas inteiras, afirmou certa vez a maravilhosa Clarice Lispector. Também sou assim! Mas, confesso que não é nada fácil.

A capacidade de suportar, tolerar e até ignorar deveria ser pauta nas famílias e na escola. A gente passa uma vida tendo que administrar as mazelas, engolir as palavras, aceitar o que não tem explicação. Não me acostumo com pessoas rasas, que pouco se

importam com a dor alheia.

Sei que tudo pode mudar na proporção da nossa ousadia, mas é evidente que há uma lacuna entre o que é falado e a vida na prática. Existem atitudes, que não condizem com os discursos. Num mundo conectado, as reservas e os medos embasam a visão.

Existem dias que marcam a alma. A gente se perde na poeira e fica desejando se refazer. Cabe lembrar que se semeou em terra boa, as chances de uma colheita satisfatória crescem, mas isso fala mais de nós, do que do outro.

Então, desejo que possamos nos curar de sonhos represados. Os dias ruins passam, assim como os bons, mas a sabedoria de ambos fica, e é um aprendizado sem fim. Por isso, não subestime a sua capacidade de recomeçar por outros caminhos.

Cuidado! A gente se acostuma a viver na mesma rota e deixa de sonhar. Às vezes, o caminho desconhecido tem belezas escondidas. De onde menos se espera pode vir uma resposta, um consolo, um abraço! A vida tira, mas também entrega. Mesmo cansados, vamos apostar no merecimento!

Diretora do Colégio Espírito Santo
mullersonia44@gmail.com



Irmã Maria Sônia Müller

CES e Canoas: uma história de crescimento

Fundado em 1959, quando Canoas tinha apenas duas décadas, o Colégio Espírito Santo nasceu junto com a transformação do município, que deixava de ser área de veraneio para se consolidar como polo industrial e operário. Ao celebrar 67 anos, em 9 de março, a instituição reafirma uma trajetória que se confunde com a da cidade, hoje detentora do terceiro maior PIB do Rio Grande do Sul. Ambas cresceram, se fortaleceram e se tornaram referências em suas áreas.

A origem remonta a 10 de feverei-

ro de 1958, quando o pároco da Paróquia Nossa Senhora das Graças, cônego padre Engelberto Hartmann, solicitou às Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo a criação de uma escola católica para formar os filhos dos paroquianos à luz do Evangelho. Com o aval do arcebispo dom Vicente Scherer, nascia o Educandário Espírito Santo.

Das primeiras aulas no salão paroquial ao atual complexo educacional, a evolução é marcante. Hoje, o colégio atende milhares de alunos em quatro prédios e conta com um

moderno centro esportivo, que inclui auditório para mais de 500 pessoas, com inauguração prevista para breve.

Com ensino de excelência, a instituição adota o sistema PH em todas as etapas, desde a Educação Infantil, fortalecendo autonomia e pensamento crítico. O resultado aparece nas aprovações em vestibulares, inclusive em universidades federais. Ao formar gerações, o Colégio Espírito Santo renova seu compromisso com Canoas e com o futuro da comunidade.

Karin Leite Dresch

Advogada
karin.leite@terra.com.br



Trabalho, jornada e saúde

Vivemos num mundo que esgota as pessoas tanto pelo excesso de trabalho quanto pela sua falta. O debate sobre jornada de trabalho costuma girar em torno da produtividade e no custo empresarial. Diminuir horas pode impactar a produção. É um argumento legítimo. No entanto, há um aspecto menos explorado: o efeito estrutural das doenças ocupacionais.

Quando jornadas extensas se tornam regra, o risco de adoecimento físico e psíquico tende a aumentar, com repercussões na vida do trabalhador. Afastamentos previdenciários, perda de capacidade laborativa, rotatividade e ações judiciais também integram essa equação. Há ainda outro elemento: o reflexo sobre o sistema público. O debate sobre jornada não interessa apenas empregadores e empregados. O aumento de doenças relacionadas ao trabalho repercute no sistema público

de saúde e na Previdência Social, ampliando despesas que acabam distribuídas por toda a sociedade.

Discutir jornada de trabalho também é pensar sobre prevenção, saúde coletiva e responsabilidade estrutural. Vale recordar que a ideia de que o Direito do Trabalho nasceu para estabelecer limites, colocando a economia a serviço da vida humana, e não o contrário. Estamos na constante expectativa de transformações, no entanto, parece que as forças que moldam as decisões econômicas são tão fortes, que muitas vezes não permitem, “fazendo o homem novamente partido” — o tempo partido de Carlos Drummond de Andrade, no qual os homens estão divididos entre a crise que os consome e as esperanças que os emergem. Porque, no fim, o tempo de trabalho também é tempo de vida — e ele não é um recurso ilimitado.

Raoni Teixeira

Arquiteto e presidente da Agabe
arq.raoni@gmail.com



Adaptar ou repetir

A recorrência crescente de eventos pluviométricos extremos, como o recente caso em Juiz de Fora-MG, expõe de forma trágica a fragilidade das cidades brasileiras diante da nova realidade climática. A ocupação de várzeas e encostas, a impermeabilização intensiva do solo urbano e a redução de áreas naturais de drenagem elevaram os picos de vazão e a velocidade do escoamento das águas.

Nesse contexto, é urgente melhorar a infraestrutura, porém depender exclusivamente dessas obras, sem enfrentar as causas estruturais associadas à ocupação inadequada do território, representa uma estratégia limitada diante da complexidade do problema. A redução efetiva de riscos exige uma abordagem integrada baseada em planejamento de curto, médio e longo prazo. No curto prazo, melhorias

pontuais nas redes de drenagem, bem como sua manutenção, limpeza e requalificação, podem diminuir impactos imediatos.

No médio e longo prazo, torna-se indispensável não apenas ampliar e modernizar os sistemas de drenagem, muitos deles com décadas de operação e já incompatíveis com o cenário climático atual, mas também incorporar soluções alinhadas à dinâmica natural das águas, como recuperação de áreas de inundação, implantação de bacias de retenção, criação de parques inundáveis e revisão das políticas de uso do solo.

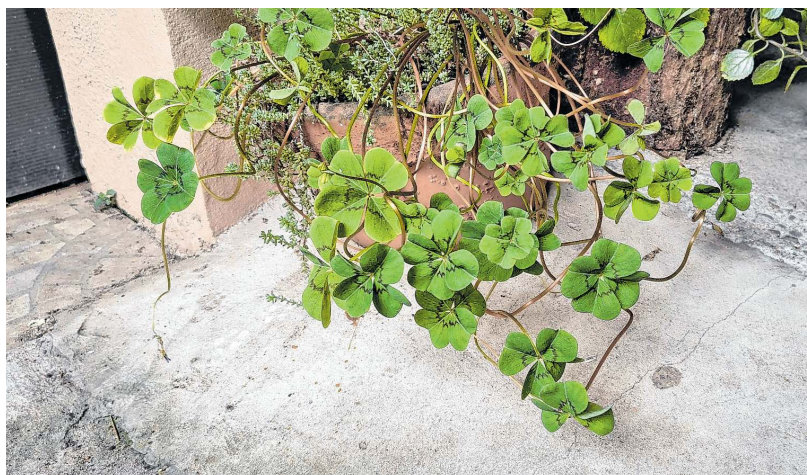
A educação ambiental também é parte essencial dessa transformação. Superar entraves institucionais exige coordenação entre governos, estabilidade regulatória e capacidade técnica. Adaptar cidades custa caro, mas repetir tragédias custa muito mais.

Eu, fotógrafo

Envie sua fotografia (preferencialmente horizontal) para vidareal@gruposinos.com.br

Pra quem acredita na sorte, olha aí o trevo de quatro folhas!

Jorge Lummertz
São Sebastião do Caí



Os artigos publicados nesta página são opiniões pessoais e de inteira responsabilidade de seus autores. Por razões de clareza ou espaço poderão ser publicados resumidamente, o tamanho é de até 1.600 caracteres com espaço. Artigos podem ser enviados para opiniao@gruposinos.com.br.

abc+
Mais artigos em
abcmajs.com/opiniao